

Título:

Culturas de risco e práticas de arquiteturas urbanas e de urbanismos. Elementos de comparação, Brasil / França / Japão.

Autora: Dra. Marlice Nazareth Soares de Azevedo

Professora Titular

Pesquisador: Felipe Souza do Nascimento

Bolsista de IC – CNPQ-UFF

Departamento de Urbanismo

Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Endereço : Av. Ataulfo de Paiva, 610 apto. C01, Leblon, 22440-030, Rio de Janeiro – Brasil

Tel: (21) 22948386, Fax (21) 2274 8567

Email: marlice@msm.com.br

Riscos das « águas de março », atualidade e memória na região metropolitana Rio : o morro do bumba em Niterói

Resumo:

A recente chuva que atingiu a região metropolitana do Rio de Janeiro, deixou marcas profundas na cidade de Niterói, com um saldo de mais de cem mortos e inúmeros desabrigados numa cidade conhecida pelos elevados índices de qualidade de vida. O mais conhecido e divulgado foi a destruição quase total da comunidade do Morro do Bumba em Niterói, cujo padrão de infraestrutura e serviços estava acima das chamadas comunidades faveladas. O morro deslizou com a chuva torrencial deixando uma paisagem de destruição e morte. A área era um depósito de lixo desativado e consolidado pela ocupação irregular, permitida pela municipalidade, cujos investimentos já realizados demonstram o seu consentimento. O nosso propósito não é satanizar nem o poder público, nem a população usuária, mas procurar mostrar que a cultura do risco e de suas possíveis tragédias não fazem parte da cultura brasileira, em que um otimismo intrínseco costuma repetir “Deus é Brasileiro”, apesar de muitas provas ao contrário.

O objetivo do trabalho é reconstituir a formação dessa comunidade e verificar o grau de conscientização do risco em que viviam seus moradores. Alguns depoimentos da época ilustrarão a hipótese da sedimentação desta cultura.

Palavras Chaves: Cultura de risco, Niterói, Morro do Bumba

Riscos das « águas de março », atualidade e memória na região metropolitana Rio : o morro do bumba em Niterói.

Introdução

A existência de um projeto de Promoção da Cultura de Riscos e Desastres (PCRD) ligado a Secretaria Nacional de Defesa Civil, através de sua Diretoria de Minimização de Desastres em cooperação técnica com o Centro Universitário de estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina não garante o desenvolvimento e apropriação de uma cultura neste sentido. No entanto, os acidentes naturais se acumulam sem que se desenvolva uma atitude preventiva. As chuvas de 1966, 1988 e 2010 deixaram marcas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas não conseguiram gerar uma postura de cuidados com este fenômeno natural, que originasse normas de ocupação do solo.

As favelas, em sua maioria, fazem parte de áreas de risco por se localizarem em encostas, com construções precárias numa região em que o solo apresenta peculiaridades desfavoráveis. Os morros da Região do Rio de Janeiro são constituídos de rochas metamórficas recobertas de solo espesso e argiloso. A combinação de fatores meteorológicos pode provocar uma intensidade de chuvas superior a capacidade de absorção do solo e o peso resultante desliza nessas encostas íngremes.

Considera-se a primeira favela do Rio de Janeiro a que se estabeleceu no Morro da Providência, ainda no final do século XIX, e tomou o nome de morro da Favela em alusão a Guerra do Canudos, de onde provinham esses primeiros moradores. O fato é que o nome Favela passou a designar este tipo de aglomerado urbano. No caso de Niterói, o Morro do Estado, parece ter sido a primeira favela, localizada em áreas remanescentes dos descendentes do índio Araribóia, que recebeu do governador português a sesmaria que deu origem à cidade. Com a nova lei de terras de 1850 o morro passa ao domínio do Estado. A crise habitacional do início do século XX permite a licença para construção de casas para pobres nos morros (Deliberação Municipal 313/1916). Como se constata, essas ocupações eram

inicialmente consentidas pela administração pública e faz com que das 43 favelas de Niterói, cadastradas pelo IBGE em 2000, 34 sejam morros em sua denominação. De 1996 até 2000, o número de moradores de Niterói em favela passou de 29 781 para 50 632 moradores, aumentando 70% e equivalendo a 11% da população da cidade. Nesse mesmo período, o morro do Bumba contava com 279 moradores e nem era considerado como problema para a administração municipal. (Figura 1)

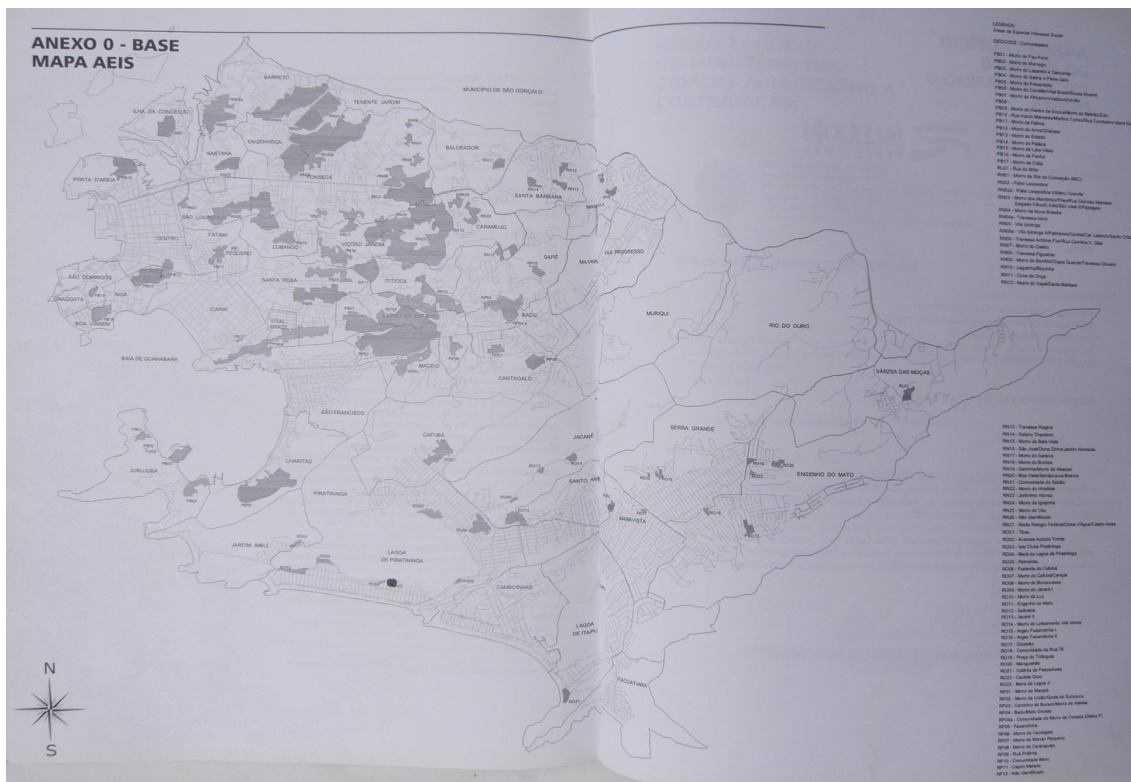


Figura 1: Áreas de Especial Interesse Social. Fonte: PEMAS-, Niterói2006

A política governamental para as favelas no Estado do Rio de Janeiro.

Até a fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, o tratamento das questões habitacionais era bastante diferente nas duas cidades: Rio de Janeiro e Niterói. No Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara os três governadores que se sucederam, Carlos Lacerda (1962-1965), Negrão de Lima (1966 – 1971) e Carlos Chagas (1971 - 1974), se colocaram, ideologicamente, contra a existência de favelas fazendo um combate sistemático e se engajaram em programas de remoção que atingiu cerca de

80 favelas, a demolição de mais de 26 000 barracos e a remoção de quase 140 000 pessoas (Valladares, 1978, 2005: 130), graças ao regime autoritário e recursos provenientes do governo federal (BNH e outros). Neste mesmo período, Niterói teve 4 prefeitos e o Estado, 2 Governadores, cuja pauta não dava lugar a questões habitacionais. Preocupavam-se com a infra-estrutura da cidade formal e em dar diretrizes para o desenvolvimento urbano formuladas pela CPDU – Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que aprova o Código de Zoneamento e Obras (Deliberação 2705 de 1º de julho de 1970).

As favelas no Rio de Janeiro como assentamentos fora dos padrões de habitabilidade eram transferidas para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas e distantes dos locais de trabalho. Esse movimento além da insatisfação da população transferida encontrou ecos em alguns pesquisadores, estudiosos e profissionais que se colocavam contra essas medidas que significavam isolar essas pessoas em áreas que não disponham de condições mínimas de articulação e acesso à cidade formal.

Perlman (1977), Valladares (1981) e Santos (1986) criticaram e destacaram a ineficiência de tais ações, que pode ser resumida na frase de John Turner, consultor das Nações Unidas referindo-se em sua visita ao Brasil que viu *soluções que eram problemas e problemas que eram soluções*.

A favela passa a ser vista como parte da cidade e começa a ser considerada como portadora de um saber popular que passa a ser absorvido pelos governantes em programas de construção em regime de mutirão e auto-ajuda com diferentes formas de participação do usuário. Constituíam uma alternativa que se contrapunha a política de remoção em massa.

Com a redemocratização e a eleição do governador Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) para o novo Estado do Rio reunificado após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975), essas idéias ganham força e se inicia uma atuação mais contínua e consistente através de programas de urbanização de favelas.

A mudança de perspectiva traz novas alternativas para a habitação popular e coloca de lado o fantasma da remoção de favelas.

As favelas se tornam mais consolidadas com maiores investimentos do morador na construção e a participação do poder público em infra-estrutura e serviços comunitários.

A favela do Morro do Bumba neste cenário

A sua origem remonta a época em que foi desativado o vazadouro de lixo em área desapropriada pela prefeitura através do decreto 1763 de 1970.

O local, no bairro Viçoso Jardim, abrigou o segundo lixão de Niterói até 1986 (o primeiro lixão localizou-se no Morro de São Lourenço), sucedendo-se ao Morro do Bumba a área do antigo Loteamento Santa Edwiges, no bairro do Caramujo, denominado Morro do Céu (decreto 4172 de 1984). O lixão Morro do Bumba foi desativado devido à sua saturação, ficando proibida a ocupação do local, durante a administração do prefeito Waldenir Bragança (1983-1988). Uma vez destituído dessa função original devido também aos incômodos que representava para a vizinhança, a vegetação tomou conta do lugar e revelou seu potencial de ocupação para moradia no bairro existente. A área dispunha de acessibilidade mesmo estando localizada numa área de topografia mais acidentada. Lentamente os moradores se organizaram, construindo modestas casas e receberam paulatinamente investimentos públicos de infra estrutura e serviços. Era uma comunidade pequena e integrada.

. A CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgoto fez o primeiro investimento com a instalação da caixa d'água, seguida do programa público estadual, *luz na escuridão*. Posteriormente a prefeitura construiu uma escola pública e instituiu o médico de família na comunidade. O local recebeu uma quadra poliesportiva, uma creche e outros equipamentos públicos.

No entanto, a tonelada de lixo depositada durante anos aumentou sua altura em cerca de 5 metros e sobre essa camada as casas foram construídas. O processo de decomposição do lixo tornava o solo permeado por grande quantidade de gás metano. Possivelmente, durante as chuvas houve pequenos deslizamentos provocando a liberação do gás, causando explosões que aceleram o processo de escorregamento de terra que se transformaram numa avalanche de lama e lixo levando as casas e toda a vegetação existente, soterrando os moradores. (Figuras 2 e

3). Muitos escaparam, mas foram retirados 47 mortos e 7 estão desaparecidos numa população que não chegava a 300 habitantes.



Figuras 2 e 3: Imagens aéreas após deslizamento de 05 de abril. Fonte: Blogs MarciaMarquesAmbiental e Blog Meio Ambiente – Marcus Valle – Maria Cristina Muñoz acessado em 02/11/2010

As chuvas fortes de 20 de outubro assustaram os moradores em encostas. Esgoto e lama escorreram no Morro do Bumba e a Secretaria de Obras do Estado que realiza obras no local considerou normal o deslizamento da argila, considerando que o trabalho de consolidação não foi concluído, cujas obras de conclusão estão previstas para dezembro próximo. (Figuras 4 e 5) (vídeo reportagem TV O FLU (WWW. Tvoflu.com. BR – acesso em 29/10/2010).



Figuras 4 e 5: Morro do Bumba, obras de contenção. Foto: Alcyr Ramos e filmagem da Globo reportagem RJTV, 28/10/2010

A guisa de conclusão

O processo ainda está em curso , o perigo ronda os morros da cidade. Ainda há cerca de 500 moradores em abrigos públicos e outros recebendo aluguel social da municipalidade no valor de R\$ 500,00, somando cerca de 3000 desabrigados segundo estimativas jornalísticas. Mas, as dificuldades continuam e não se constata uma percepção e sensibilização pública no sentido de desenvolver uma real cultura de risco.

Bibliografia:

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de . A prática de um discurso e a sua inscrição no espaço urbano. Niterói, 1985 (tese para o concurso de professor titular da UFF)

_____.A construção da cidade na 1ª metade do século XIX. Niterói, espelho do Rio. In LEME, Maria Cristina (coordenadora). Urbanismo no Brasil, 1985-1965,São Paulo, Studio Nobel, FAUSP, FUPAM,1999.

_____, Niterói Urbano, a construção do espaço da cidade. In MARTINS, Ismênia e KNAUJSS, Paulo (organizadores), Niterói, EDUFF, 1999.

LEITÃO, Gerônimo, Março de 1983: A Guinada na Relação Estado/Comunidade Faveladas no Rio de Janeiro, XI SHCU, Vitória, Espírito Santo, 2010.

SILVA, Maria Laís Pereira da, Favelas Cariocas, 1930 -1964; Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

VALLADARES, Lícia Prado, A invenção da favela: do mito de origem a favela.com, Rio de Janeiro, ED, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALVERDE, Luis Fernando Salandia (coordenação) PEMAS: Plano Estratégico Municipal para assentamentos informais urbanos/Prefeitura Municipal de Niterói, Niterói, 2006.

Anexo

Material jornalístico da época do acidente:

Moradores de favelas de Niterói/RJ tomam o centro da cidade pelo direito à moradia

Por Raquel Júnia / Fotos: Samuel Tosta



Na tarde de ontem, dia 15 de abril, cerca de 1500 pessoas ocuparam as ruas do centro de Niterói em manifestação pela garantia de moradia digna para a população pobre da cidade. O protesto-luto por Niterói foi organizado por moradores de 13 comunidades do município, além de sindicatos, movimento estudantil, organizações de defesa dos direitos humanos e mandatos populares reunidos no Comitê de Solidariedade e Mobilização das Favelas.

Vestidos de preto, portando cruces, lírios brancos e velas, além de faixas e cartazes, os manifestantes caminharam até a sede da prefeitura municipal, onde tentaram apresentar uma pauta de reivindicações ao prefeito da cidade, Jorge Roberto Silveira (PDT). Uma comissão de dez representantes de comunidades foi recebida pelo secretário de governo, Michel Saad e outros secretários municipais, mas o prefeito não estava presente.

Em reunião fechada durante mais de duas horas, (a imprensa não pôde acompanhar, apenas fazer imagens) os moradores das favelas apresentaram aos representantes do poder público municipal a pauta de reivindicações do movimento. E também relataram as dificuldades pelas quais estão passando nas comunidades e bairros que mais sofreram desabamentos e alagamentos com as chuvas da semana passada.

Uma nova reunião ficou pré-agendada para a próxima semana, desta vez com a garantia dos secretários de que o prefeito estará presente. Conforme prometeram os representantes do executivo municipal, a data do encontro será confirmada ainda hoje.

“Eles tentaram nos enrolar para que o povo aqui em baixo fosse embora. Me surpreendeu muito a reunião porque eu não sei se havia desinformação ou muito cinismo, porque anotaram ponto a ponto o que relatamos que está acontecendo nesta cidade. É um governo que tem quatro mandatos em Niterói e não sabe onde estão os pontos críticos! Na próxima semana estaremos aqui de novo, vamos dobrar o número de pessoas de hoje”, afirmou Isabel Firmino, moradora da comunidade da Barreirinha, uma das participantes da reunião com os representantes da administração municipal. Sem perspectiva de saída dos alojamentos provisórios

Niterói vive desde a semana passada uma tragédia que parece não ter fim próximo. Diante da catástrofe detonada pelas fortes chuvas, os moradores das regiões mais afetadas decidiram se unir no comitê de mobilização e solidariedade, que organizou o ato de ontem. De acordo com os dados oficiais, 146 pessoas morreram na cidade e cerca de 7 mil estão desabrigadas.

O comitê denuncia que as pessoas desabrigadas não têm ainda nenhuma perspectiva de conseguirem uma moradia digna. O pagamento do aluguel social, prometido pela prefeitura, ainda não se tornou realidade, e as famílias continuam alojadas em escolas e igrejas, sobrevivendo basicamente de doações.

Entre as reivindicações entregues pelos manifestantes ao governo municipal estão “a apresentação de um plano imediato de moradia popular”, bem como a “ocupação de todos os imóveis desocupados”, a “inspeção imediata das áreas de risco”, e o fim das remoções compulsórias.

No percurso até a prefeitura, do alto do carro de som, um dos moradores chamou a atenção da população para um edifício vazio, à Rua da Conceição, uma das vias do coração da cidade. O imóvel serviu de exemplo para os manifestantes mostrarem que há prédios no município sem cumprir a função social, como determina a constituição, e que poderiam se tornar moradias.

“Mas eles[os representantes da prefeitura] mudaram a cara quando nós falamos que sabíamos que em Niterói há prédios vazios e que nós queremos esses prédios para nós morarmos e não para servirem à especulação imobiliária”, relatou Izabel.

Muitas histórias parecidas

Dona Dulcinéia dos Santos, de 62 anos, mancava durante a manifestação. O pé está enfaixado e ela contou que o machucou quando saiu correndo de casa, na madrugada do dia 6 de abril, quando as paredes da casa dela desabaram. Moradora da comunidade da Caixa D'água, na região do bairro do Fonseca, Dona Dulcinéia vive desde o desastre em um Ciep. Cada uma das quatro pessoas que moravam na casa que desabou foi buscar abrigo em um lugar diferente. Com lágrimas nos olhos, ela falou que não sabe onde irá morar daqui em diante.

“Eu só queria um teto para dormir, porque desde que minha casa caiu eu não durmo direito. Tem muita gente lá no Brizolão [Ciep] e cada um tem seu jeito de ser, então é muito difícil”, expressou.

Durante a manifestação, muitas histórias como a de Dulcinéia foram contadas. Dona Hilma é moradora do Morro do Estado, no centro da cidade, e também está sem moradia.

“Minha casa está dependurada. No dia da tragédia eu saí cedo e estava tudo normal, quando voltei, já estava tudo no chão”, lembrou. Casas abaixo da de Dona Hilma desabaram e soterraram várias pessoas, três delas não sobreviveram. Hilma está alojada na Associação dos Moradores do Morro do Estado e assim como Dulcinéia, não tem perspectivas de quando irá sair de lá e muito menos para onde ir.

Nas proximidades do Morro do Bumba, onde as buscas por corpos não terminaram e já foram contabilizadas 45 vítimas fatais, uma igreja evangélica abriga cerca de 70 pessoas. O pastor da igreja, Bruno Borges, participou da manifestação e contou que o poder público ainda é muito tímido na solução dos problemas dos desabrigados do Bumba. De acordo com ele, o apoio da prefeitura na forma de doativos só chegou quase uma semana depois da tragédia. Ele diz que as doações tem sido freqüentes por parte de pessoas solidárias e das igrejas.

Tragédia previsível

“A prefeitura sabia que aquilo era um lixão. Eu era criança quando eu brinquei lá e estava sendo aterrado e eu já tenho 38 anos. Então todo mundo sabia. Porque colocaram iluminação lá? As pessoas pagavam IPTU, então por que deixaram as pessoas morarem lá?”, questionou Bruno Borges.

O pastor destacou que os moradores do Bumba não querem ser removidos para longe da região e já tem uma solução para continuarem morando no local. Ele disse que há uma garagem desativada, cujo espaço poderia ser utilizado para construção de prédios. “Cabe todo mundo e ainda sobra lugar. Se quiser, o prefeito faz, não precisa mandar ninguém para longe como estão dizendo que vão mandar lá para Guaxindiba, para Manilha”.

Para o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ) também presente na manifestação, o que aconteceu em Niterói e também em comunidades do Rio de Janeiro, é consequência da falta de políticas públicas e de uma inversão de prioridades nas administrações.

“O que aconteceu no Morro do Bumba não foi culpa das chuvas e nem dos moradores que lá foram morar, porque as pessoas não tem opção. Se as prioridades do poder público fossem outras, esta tragédia poderia ter sido evitada. É inconcebível a existência de um conselho político em Niterói recebendo R\$ 6 mil reais cada conselheiro. Se o prefeito quer conselho, peça a ele para visitar as favelas que lá tem opiniões muito preciosas para aconselhá-lo no que ele tem que fazer”, ironizou.

A professora da Faculdade de Arquitetura e coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos – Nephu – da Universidade Federal Fluminense (UFF), Regina Bienenstain, afirmou, durante o ato, que as pessoas não precisam ser retiradas das favelas para viverem em segurança.

“Retira-se apenas as famílias que estão nos locais de risco e remenaja-se para dentro da própria favela e se promove a urbanização. Mas tem que ficar claro que urbanização não é só pavimentar ruas, é preciso colocar drenagem, que é o principal instrumento para evitar riscos, realizar saneamento ambiental, colocar água e rede de esgoto”, explicou.

Regina disse ainda que é preciso mapear áreas da cidade onde podem ser construídas novas moradias, e também, criar políticas de geração de emprego e renda, para que as pessoas possam garantir suas habitações.

“O Bumba é a manifestação do vazio de políticas com relação à habitação. Na verdade todos os municípios deveriam considerar todas as parcelas da população como um direito à cidade. O pobre acaba não tendo espaço nesta cidade porque a terra tem dono e o que sobra são as áreas que não deveriam estar ocupadas”, declarou.

Expediente modificado para não receber manifestantes

Funcionários da prefeitura afirmaram que no dia de ontem o expediente de trabalho no local terminou antes do que era o costume – às 15h, quando geralmente vai até 19h. De acordo com os moradores que participaram da reunião com representantes do governo municipal, foi afirmado que o prefeito não esperou os manifestantes porque os “ânimos estavam exaltados” e, por conta disso, era melhor marcar uma reunião em outro dia.

O protesto, que começou antes de 16h e chegou à porta da prefeitura por volta de 17:30h, só terminou por volta de 21h, quando os representantes das comunidades desceram da reunião e repassaram as informações para os participantes do ato que ainda esperavam.

Apesar da tentativa de vários jornalistas, de diversas mídias, de obterem posições oficiais do executivo municipal acerca da reunião e outras informações, a prefeitura não falou com a imprensa até o final da manifestação.

Fonte: Fazendo Media (www.fazendomedia.com) 20/04/2010







